

A Instabilidade Francesa no S. IX. Exterior 57

Raul Pilla

NÃO é somente no Brasil que provoca reparos a instabilidade dos gabinetes franceses. Mais ou menos por toda a parte, mais nos países de governo presidencial, menos nos de governo parlamentar, o fenômeno sempre desperta comentários. É natural que assim seja. Nos países presidencialistas, sobretudo, onde o poder pessoal leva naturalmente a confundir o governo com o indivíduo que o exerce, a rápida sucessão dos gabinetes pode dar a impressão de precariedade, senão inconsistência de governo. Mas é uma impressão inteiramente falsa. O fenômeno não tem a significação e a importância, que geralmente se lhe atribui. Com êle mais se preocupam os estrangeiros, que os próprios franceses. Estes, se não ignoram os inconvenientes, conhecem também as grandes vantagens da criticada instabilidade e, pela dúvida, com ela permanecem. Tal é o horror que lhes inspira o despotismo: preferem um governo instável, mas verdadeiramente democrático, a um governo estável, mas pouco democrático.

Esta é a posição dominante em França, como o demonstra a resistência oposta ao instituto da dissolução do parlamento, que corrigiria a instabilidade do gabinete, restabelecendo o equilíbrio entre os dois poderes políticos. E, pouco se impressionando com o fenômeno, chegam os franceses a irritar-se com o alarido que, por causa dêle, se faz no exterior.

Assim, em «Les Nouvelles Littéraires», número de 4 de julho do ano corrente, que me foi gentilmente enviado por um leitor, Alain Decaux, historiador e não sei se também político, trata do fenômeno num artigo, que assim começa:

«É curioso ver que os estrangeiros demonstram maior interesse, que os franceses, pelas nossas mudanças de governo... É que o hábito prolongado talvez tenha temperado as nossas reações; é talvez, também, que tenhamos aprendido que uma mudança no pessoal do governo não significa necessariamente uma mudança de política. Aquilo de que os estrangeiros não se dão conta — acrescenta o autor, pouco adiante — é que a política francesa se desenrola segundo constantes certas e evolue em direções raramente contraditórias. Os homens de Estado se passam o facho, sem jamais o deixar cair».

Depois de notar que muitos ministros, como Delcassé, na pasta do Exterior, permaneceram em função anos seguidos, diz o articulista: «Esta duração, tão desejável, a reforma constitucional, sempre anunciada, e sempre diferida, poderia assegurá-la ainda melhor, consagrando o direito de dissolução, única válvula de segurança contra os abusos de um legislativo por demais prepotente».

Assim conclui o artigo: «Tranqüilizem-se os nossos amigos estrangeiros: a nossa instabilidade não é senão aparente o mais das vezes. Mas o dia em que interviesse regularmente o direito de dissolução, esta estabilidade do fato tornar-se-ia uma verdadeira estabilidade à

Como pode ver, o sr. Danton Jobim, ninguém, na França, e não ser os autoritários de vários matizes, cogita de reformar a Constituição para instituir o presidencialismo. Pelo contrário, o que os mais autorizados reformistas desejam é instituir ali o verdadeiro sistema parlamentar.